



SUMÁRIO DAS PEÇAS

PEÇAS
RECURSAIS
CÍVEIS

SUMÁRIO DESTE MÓDULO

1. NOTAS INTRODUTÓRIAS

1.1. APRESENTAÇÃO DA PRESENTE PROPOSTA

1.2. INTRODUÇÃO

1.3. REVISITANDO ALGUNS ASPECTOS IMPORTANTES DA TEORIA GERAL DOS RECURSOS

1.4. EFEITOS DOS RECURSOS

1.5. NOVIDADES DO CPC DE 2015

1.6. O QUE VOCÊ PRECISA TER EM MENTE AO PREPARAR UM RECURSO CÍVEL?

1.7. METODOLOGIA DO PRESENTE CURSO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



SUMÁRIO DESTE MÓDULO

2. APELAÇÃO

2.1. CONTEXTO NORMATIVO

2.2. FLUXOGRAMA

2.3. MODELOS

2.3.1. Apelação

2.3.2. Apelação com pedido de efeito suspensivo

2.3.3. Apelação com pedido de tutela antecipada no âmbito recursal

2.3.4. Apelação adesiva

2.3.5. Apelação com preliminar contra decisão interlocutória indeferindo provas



SUMÁRIO DESTE MÓDULO

3. AGRAVO DE INSTRUMENTO

3.1. CONTEXTO NORMATIVO

3.2. FLUXOGRAMA

3.3. MODELOS

- 3.3.1.** Agravo de instrumento contra decisão interlocutória que versa sobre tutela provisória (*cabe sustentação oral – NCPC, art. 937, VIII*)
- 3.3.2.** Agravo de Instrumento contra decisão interlocutória que versa sobre mérito do processo (*NCPC, arts. 354, parágrafo único e 356, § 5º e possibilidade de sustentação oral, assim como nos recursos de apelação, ordinário, especial, extraordinário e embargos de divergência*)
- 3.3.3.** Agravo de Instrumento contra decisão interlocutória que versa sobre rejeição da alegação de convenção de arbitragem
- 3.3.4.** Agravo de Instrumento contra decisão interlocutória que versa sobre incidente de desconconsideração da personalidade jurídica
- 3.3.5.** Agravo de Instrumento contra decisão interlocutória que versa sobre gratuidade da justiça:
 - 3.3.5.1.** Rejeição do pedido de gratuidade da justiça
 - 3.3.5.2.** Acolhimento do pedido de revogação da gratuidade da justiça concedida
- 3.3.6.** Agravo de Instrumento contra decisão interlocutória que versa sobre exibição ou posse de documento ou coisa
- 3.3.7.** Agravo de Instrumento contra decisão interlocutória que versa sobre rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio
- 3.3.8.** Agravo de Instrumento contra decisão interlocutória que versa sobre exclusão de litisconsorte
- 3.3.9.** Agravo de Instrumento contra decisão interlocutória que versa sobre admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros:



SUMÁRIO DESTE MÓDULO

4. AGRAVO INTERNO

4.1. CONTEXTO NORMATIVO

4.2. FLUXOGRAMA

4.3. MODELOS

4.3.1. Agravo Interno

4.3.2. Agravo Interno que versa sobre distinção no caso de afetação do recurso especial ou extraordinário para julgamento em regime de recursos repetitivos (art. 1.037, § 13.º, inciso II)



SUMÁRIO DESTE MÓDULO

5. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

5.1. CONTEXTO NORMATIVO

5.2. FLUXOGRAMA

5.3. MODELOS

5.3.1. Embargos de declaração para esclarecer obscuridade

5.3.2. Embargos de declaração para eliminar contradição

5.3.3. Embargos de declaração para suprir omissão:

5.3.3.1. Omissão em virtude de falta de manifestação acerca de tese firmada em julgamento de casos repetitivos

5.3.3.2. Omissão em virtude de falta de manifestação acerca de tese firmada em incidente de assunção de competência

5.3.3.3. Omissão em virtude das condutas descritas no art. 489, § 1º:

5.3.3.3.1. Limitar-se à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida

5.3.3.3.2. Empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso

5.3.3.3.3. Invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão

5.3.3.3.4. Não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador

5.3.3.3.5. Limitar-se a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos

5.3.3.3.6. Deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento

5.3.4. Embargos de declaração para suprir questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento

5.3.5. Embargos de declaração para corrigir erro material



SUMÁRIO DESTE MÓDULO

6. RECURSO ORDINÁRIO

6.1. CONTEXTO NORMATIVO

6.2. FLUXOGRAMA

6.3. MODELOS

6.3.1. Recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal:

6.3.1.1. Mandado de segurança dos Tribunais Superiores

6.3.1.2. *Habeas data*

6.3.1.3. Mandado de injunção (Lei Federal nº 13.300, de 23/06/2016)

6.3.2. Recurso ordinário para o Superior Tribunal de Justiça:

6.3.2.1. Mandado de segurança de Tribunal Regional Federal

6.3.2.2. Mandado de segurança de Tribunal de Justiça

6.3.2.3. Processos em que forem partes, de um lado, Estado estrangeiro ou organismo internacional e, de outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País



SUMÁRIO DESTE MÓDULO

7. RECURSO ESPECIAL

7.1. CONTEXTO NORMATIVO

7.2. FLUXOGRAMA

7.3. MODELOS

7.3.1. Recurso especial:

7.3.1.1. Quando a decisão recorrida contraria tratado ou lei federal, ou nega-lhes vigência

7.3.1.2. Quando a decisão recorrida julga válido ato de governo local contestado em face de lei federal

7.3.1.3. Quando a decisão recorrida dá, à lei federal, interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal

7.3.2. Pedido de concessão de efeito suspensivo em recurso especial

7.3.3. Recurso especial adesivo



SUMÁRIO DESTE MÓDULO

8. RECURSO EXTRAORDINÁRIO

8.1. CONTEXTO NORMATIVO

8.2. FLUXOGRAMA

8.3. MODELOS

8.3.1. Recurso extraordinário:

8.3.1.1. Quando a decisão recorrida contraria dispositivo da Constituição Federal

8.3.1.2. Quando a decisão recorrida declara a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal

8.3.1.3. Quando a decisão recorrida julga válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal

8.3.1.4. Quando a decisão recorrida julga válida lei local contestada em face de lei federal

8.3.2. Destaques em relação à repercussão geral no art. 1.032 do NCPC;

8.3.3. Pedido de concessão de efeito suspensivo em recurso extraordinário

8.3.4. Recurso extraordinário adesivo



SUMÁRIO DESTE MÓDULO

9. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO

9.1. CONTEXTO NORMATIVO

9.2. FLUXOGRAMA

9.3. MODELOS

9.3.1. Agravo em recurso especial

9.3.2. Agravo em recurso extraordinário



SUMÁRIO DESTE MÓDULO

10. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA

10.1. CONTEXTO NORMATIVO

10.2. FLUXOGRAMA

10.3. MODELOS

10.3.1. Contra acórdão de órgão fracionário que:

- 10.3.1.1.** Em recurso extraordinário, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo os acórdãos, embargado e paradigma, de mérito
- 10.3.1.2.** Em recurso especial, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo os acórdãos, embargado e paradigma, de mérito
- 10.3.1.3.** Em recurso extraordinário, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo um acórdão de mérito e outro que não tenha conhecido do recurso, embora tenha apreciado a controvérsia
- 10.3.1.4.** Em recurso especial, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo um acórdão de mérito e outro que não tenha conhecido do recurso, embora tenha apreciado a controvérsia



SUMÁRIO DESTE MÓDULO

12. AÇÃO RESCISÓRIA

12.1. CONTEXTO NORMATIVO

12.2. FLUXOGRAMA

12.3. MODELOS

- 12.3.1.** Ação rescisória contra decisão de mérito proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz e violação manifesta de norma jurídica
- 12.3.2.** Ação rescisória contra decisão de mérito proferida por juiz impedido ou juízo absolutamente incompetente
- 12.3.3.** Ação rescisória contra decisão de mérito resultante de dolo ou coação da parte vencedora / simulação ou colusão entre as partes e fundada em prova falsa
- 12.3.4.** Ação rescisória contra decisão de mérito que ofenda a coisa julgada
- 12.3.5.** Ação rescisória na hipótese de o autor obter, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável
- 12.3.6.** Ação rescisória contra decisão de mérito fundada em erro de fato verificável do exame dos autos



SUMÁRIO DESTE MÓDULO

11. RECLAMAÇÃO

11.1. CONTEXTO NORMATIVO

11.2. FLUXOGRAMA

11.3. MODELOS

11.3.1. Preservar a competência

11.3.2. Garantir a autoridade das decisões

11.3.3. Garantir a observância de súmula vinculante

11.3.4. Garantir a observância de acórdão proferido em IRDR ou IAC

